

Finalmente ultrapassado impasse

110

Começa hoje em Roma discussão das questões militares

por Tomás Vieira Mário, da AIM, via telefónica

As delegações do Governo e da Renamo em Roma iniciam hoje, finalmente, a abordagem das questões militares, retomando assim a agenda de trabalho suspensa desde há três semanas devido a desentendimento em relação ao cumprimento do acordo parcial de cessar-fogo dos corredores da Beira e do Limpopo, assinado a 1 de Dezembro de 1990.

As divergências em torno deste assunto foram superadas na noite passada na base de um documento de recomendações ao Presidente da Comissão Mista de Verificação (COMIVE) daquele acordo, o Embaixador italiano acreditado em Maputo, Manfredi di Camerana. O documento foi produzido pelos mediadores e aprovado pelo Governo e pela Renamo.

O documento de natureza essencialmente programática deixa de fora a quase totalidade das questões mais controversas que originaram o prolongado impasse, sendo basicamente um apelo no sentido de que as partes respeitem as cláusulas do Acordo de Roma, particularmente no seu espírito.

Destacam-se no documento essencialmente duas medidas. Primeiro, uma maior capacitação da COMIVE que deve poder intervir para averiguar casos militares anormais quando e onde for necessário, na perspectiva de um acordo de cessar-fogo global no país.

O segundo aspecto prático do documento recomenda à COMIVE no sentido de implementar no prazo de um mês a cláusula do acordo de 1990 que determina o estabelecimento de postos de observação (team-side) em três pontos de cada um dos corredores. Assim, no Corredor da Beira devem ser estabelecidos postos de observação na cidade da Beira, em Chimio e em Machipanda, próximo da fronteira com o Zimbábue.

No Corredor do Limpopo estes postos deverão ser estabelecidos na cidade de Maputo, em Chckvè e na vila fronteiriça de Chicualacuala.

Comentando o sentido destas recomendações, o chefe da delegação da Renamo, Raul Domingos, disse que elas satisfazem o seu movimento, "pois atribuem à COMIVE mais instrumentos

para cumprir com as suas obrigações assegurando o respeito do acordo pelas partes". Raul Domingos acrescentou que foi possível superar as divergências que se mantinham recorrendo às recomendações "sem formulações que exigissem respostas práticas e imediatas, isso prova que somos sempre capazes de ultrapassar obstáculos por maiores que sejam".

Para o chefe da delegação governamental, Armando Guebuza, o levantamento três semanas depois do bloqueio à discussão de questões

militares apenas indicaria que "a Renamo negocia com calendários pré-estabelecidos".

Armando Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, mantém que as questões que a Renamo colocava em relação ao acordo de Dezembro de 1990 "não tinham qualquer razão de ser". Guebuza escusou-se, por isso, a fazer quaisquer prognósticos quanto ao ritmo que as discussões poderão vir a ter sobre as matérias militares.

Os debates em torno deste ponto que incluem a formação de um Exército único e apatidário e o funcionamento politicamente neutral das forças policiais e da segurança de Estado começarão esta tarde, com uma sessão plenária na sede da Comunidade de Santo Egídio.

NOTÍCIAS

3/7/92